

INFORME TÉCNICO

Plano de ação climática do Estado de São Paulo

Luís Sérgio Ozório Valentim , Vital de Oliveira Ribeiro Filho , Cristiane Maria Tranquillini Rezende ,
Denise Piccirillo Barbosa da Veiga , Farida Conceição Pereira 

Divisão Técnica de Ações sobre o Meio Ambiente, Centro de Vigilância Sanitária, Coordenadoria de Controle de Doenças, Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo/SP, Brasil.

Autor para correspondência

Farida Conceicao Pereira

E-mail: fcpereira@saude.sp.gov.br

Instituto: Divisão Técnica de Ações sobre o Meio Ambiente | Centro de Vigilância Sanitária | CCD/SES. São Paulo, Brasil.

Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 351. CEP: 01246-000. São Paulo/SP, Brasil

Plano de ação climática do Estado de São Paulo

Valentim LSO, Filho VOR, Rezende CMT, Veiga DPB, Pereira FC

Em julho de 2021, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Decreto nº 65.881, formalizou sua adesão às campanhas Race to Zero (UN, 2022) e Race to Resilience (UN, 2020), nos termos previstos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UN, 1992).

Um primeiro reflexo dessa adesão foi a proposta elaborada pelo governo paulista para um Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo – NET Zero 2050 – PAC NET Zero 2050 (SÃO PAULO, 2021), apresentada em novembro do ano passado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática - COP 26 (UN, 2021).

O Plano proposto elenca estratégias para enfrentar a crise climática e tem por meta neutralizar, até 2050, no território paulista as emissões de gases de efeito estufa (GEE) reguladas pelo Protocolo de Quioto, assinado em 1997.

O Decreto 65.881/2021 prevê também a elaboração de um Plano de Adaptação Climática que contemplará a análise dos riscos e das vulnerabilidades decorrentes dos potenciais fenômenos climáticos associados ao aquecimento global.

Tais iniciativas dão seguimento e aprimoram a Política Estadual de Mudanças Climáticas instituída em São Paulo desde 2009 (Lei 13.798/2009 e Decreto 55.947/2010), sob coordenação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA/SP), para fortalecer estratégias voltadas à adaptação aos eventos resultantes das mudanças climáticas e mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no território paulista.

A crise climática, derivada dos impactos ambientais causados pelas atividades humanas, prenuncia cenários preocupantes em termos de riscos à saúde das populações assentadas em diferentes regiões do planeta. Ondas de calor, deterioração da qualidade do ar, redução da oferta de água potável, enchentes, vendavais, furacões e muitos outros problemas ambientais e sanitários podem ser vinculados à alteração dos padrões do clima.

O Sistema Único de Saúde (SUS), assim como os demais atores que compõem o setor da Saúde no Brasil, têm interesse e responsabilidades em relação ao assunto, tanto nos aspectos pertinentes à mitigação quanto à adaptação aos fenômenos mais críticos.

O complexo da Saúde tem sua parcela de responsabilidade na construção da nova economia de baixo carbono necessária à mitigação da mudança climática, pois ele envolve um amplo conjunto de instituições de assistência – hospitais, clínicas, laboratórios etc. Essas instituições apresentam consumos significativos dos mais variados insumos, como produtos, materiais, tecnologias e instalações, bem como transporte, água e energia, que acarretam a emissão de gases do efeito estufa não apenas nas unidades de assistência à saúde como ao longo de sua extensa cadeia de fornecedores.

Quanto aos esforços para adaptação, supõe-se incremento da demanda por assistência em virtude das doenças e agravos vinculados aos novos e incertos padrões climáticos. Também se pressupõem a conformação e a necessidade da adoção de medidas sanitárias preventivas diante dos diferentes cenários ambientais de riscos à saúde intensificados pelas mudanças climáticas, especialmente para as populações mais vulneráveis em relação ao enfrentamento desses eventos.

No estado de São Paulo, a Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP) vem acompanhando o assunto e adotando iniciativas exploratórias para abordagem do tema, entre elas:

1. incorporação de questões afetas às mudanças climáticas no Plano Estadual de Saúde (PES 2016/2019), com ações voltadas à sensibilização de gestores e do corpo funcional da SES-SP sobre o tema;
2. aprimoramento em relação ao assunto das mudanças climáticas no PES 2020/2023 (SÃO PAULO, 2019), com a proposição de iniciativas dirigidas à mitigação dos eventos climáticos, prevendo metas de mensuração e de redução do consumo de energia e da emissão de gases do efeito estufa nas 150 unidades assistenciais e de apoio (hospitais e outros serviços de saúde) vinculadas à SES-SP, com possíveis reflexos indutores em todo o setor da Saúde paulista;
3. planejamento para implantação do Projeto Compras Sustentáveis com o propósito de aprimorar a aquisição de produtos mais sustentáveis ambientalmente e menos nocivos à saúde dos pacientes;
4. constituição de um Grupo de Trabalho envolvendo oito coordenadorias da SES-SP (Resolução SS-35/2021) para articulação e desenvolvimento da Política Estadual de Mudanças Climáticas e do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) (SÃO PAULO, 2022) no âmbito da pasta da Saúde;
5. realização, em julho de 2021, do Workshop Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa e Energia nas unidades da SES-SP, coordenado pelo Centro de Vigilância Sanitária em parceria com o Projeto Hospitais Saudáveis (PHS), representante no Brasil da associação internacional Health Care Without Harm, com a participação de cerca de 250 profissionais, representando quase 100 hospitais e outras unidades não hospitalares de saúde de várias regiões pertencentes à rede da SES-SP;
6. estímulo ao debate e ao refinamento das políticas na área da Saúde em contextos de mudanças climáticas, com a realização do 14º Seminário Hospitais Saudáveis, ocorrido em outubro de 2021, em parceria com a organização PHS e outros parceiros, cujo tema foi “Corrida para o zero: os argumentos da saúde para o enfrentamento da mudança climática”; no seminário, foi debatida a participação do setor da Saúde na economia de baixo carbono, oferecendo exemplos de redução de emissões, eficiência e sustentabilidade e promovendo a conscientização sobre a urgência do tema;

7. promoção da reflexão e do aprimoramento de políticas públicas de vigilância à saúde relacionadas às ações para mitigação das causas das mudanças climáticas, em especial as políticas de baixo carbono, com a promoção do 20º Seminário Paulista Segurança Química/Áreas Contaminadas e Saúde, em novembro de 2021, em parceria com as faculdades de Saúde Pública e de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e outras instituições, cujo tema foi “Duas décadas de políticas públicas em Saúde e Meio Ambiente: novos cenários de exposição humana, das áreas contaminadas à economia de baixo carbono”;
8. fortalecimento das ações de vigilância relacionadas à adaptação aos fenômenos críticos associados às mudanças climáticas no que diz respeito ao acesso à água potável, com revisão e atualização das normas e orientações relativas, em especial, aos veículos transportadores de água (Resolução SS-48/1999, alterada pela Resolução SS-177/2021), à exploração de mananciais subterrâneos (Resolução Conjunta SMA/SERHS/SES 02/2006) e às ações de controle dos riscos sanitários em contextos de crise hídrica (Comunicado CVS-23/2016);
9. promoção do debate e da busca de soluções articuladas para garantir padrões de consumo e de produção seguros de água potável em cenários de seca e estiagem com a promoção do 11º Seminário Paulista Água e Saúde, ocorrido em novembro/dezembro de 2021, em articulação com a faculdade de Saúde Pública da USP e outras instituições, cujo tema foi “Mudanças climáticas, crises hídricas e oferta de água para consumo humano: a visão dos consumidores e dos produtores, entre vulnerabilidades e resiliências”;
10. aprimoramento das ações de controle do risco sanitário relativas à adaptação aos novos fenômenos climáticos, no âmbito do programa de Vigilância em Saúde Ambiental dos Riscos Associados aos Desastres (Vigidesastres), em sintonia com o Ministério da Saúde, especialmente no que diz respeito a grupos populacionais diretamente impactados por enchentes e outros fenômenos climáticos críticos, bem como a eventuais danos às estruturas de assistência à saúde e de produção de água para consumo humano;
11. adaptação de políticas públicas de saúde aos novos fenômenos climáticos com o aperfeiçoamento das ações de vigilância em relação à qualidade do ar e a eventuais cenários de risco, avaliando, entre outras estratégias, eleger e estruturar Unidades de Saúde Sentinela para eventos relacionados à alteração dos padrões de qualidade do ar derivados de fontes fixas e móveis de poluição e fenômenos climáticos, como secas, estiagens e nuvens de poeira;
12. estímulo à apropriação de competências de gestão associadas às mudanças climáticas e ao acesso à água potável com o planejamento do 12º Seminário Paulista Água e Saúde, previsto para dezembro de 2022, que terá como tema “Água, clima e saúde”.

Os trágicos fenômenos climáticos testemunhados nos últimos anos no Brasil e no mundo apontam para o incremento de crises ambientais e instabilidades sociais de larga escala – com repercussões na saúde humana e na qualidade de vida ainda não suficientemente apuradas – que demandam mobilização de toda a comunidade global (IPCC, 2022). Nesse contexto, é importante que o setor da Saúde esteja atento e alinhado com os imensos esforços humanos que serão necessários daqui em diante para minimizar e adaptar a sociedade aos novos padrões climáticos.

REFERÊNCIAS

1. IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf
2. SÃO PAULO – Governo do Estado/Secretaria de Saúde. Diagnóstico PES 2020-2023. 2019. Disponível em: <https://www.cosemssp.org.br/wp-content/uploads/2020/01/PLANO-ESTADUAL-DE-SAUDE-2020-2023.pdf>
3. SÃO PAULO – Governo do Estado/Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Estado de São Paulo: Net Zero 2050 – versão preliminar para consulta pública. 2021. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2021/07/2107-diretrizes-planoaoclimaticasp-com-numeros.pdf>
4. SÃO PAULO – Governo do Estado/Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/portazee/>
5. UN – United Nations. United Nations Framework Convention on Climate Change. 1992. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/convention_text_with_annexes_english_for_posting.pdf
6. UN – United Nations Climate Change. Race to Resilience: catalyzing a step-change in global ambition to build the resilience of 4 billion people by 2030. 2020. Disponível em: <https://climatechampions.unfccc.int/race-to-resilience-launches/>
7. UN – United Nations Climate Action. COP26: Together for our planet. 2021 Disponível em: <https://www.un.org/en/climatechange/cop26>
8. UN – United Nations Climate Change. Race To Zero Campaign. 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/climate-action/race-to-zero-campaign>

HISTÓRICO

Recebimento

23/08/2022

Publicação

02/09/2022

Publicação

17/10/2022

Acesso aberto



Plano de ação climática do Estado de São Paulo

Velentim LSO, Filho VOR, Rezende CMT, Veiga DPB, Pereira FC